

A Estima de Si nos Abusadores Sexuais de Crianças: Estudo Comparativo de Casos

Mauro Paulino *

Resumo

O presente artigo é resultado de uma monografia de licenciatura, cujo título é *Enfoque Clínico do Abusador Sexual de Crianças: Estudo Comparativo de Casos*. A pesquisa bibliográfica evidencia a dificuldade existente na definição de abusador sexual de crianças devido à recorrente confusão com o conceito de pedofilia. Das inúmeras abordagens e tipologias de abusadores sexuais de crianças existentes na bibliografia consultada é focada uma apresentação bi-partida do abusador sexual de crianças, nomeadamente, abusador primário ou preferencial e abusador secundário ou situacional. Foi aplicada a dois sujeitos condenados por abuso sexual de crianças a Escala de Estima de Si S.E.R.T.H.U.A.L. Os indivíduos revelaram diferenças nos resultados obtidos.

Palavras-chave: Abusador sexual de crianças. Pedofilia. Abusador sexual de crianças primário ou preferencial. Abusador sexual de crianças secundário ou situacional. Escala de Estima de Si S.E.R.T.H.U.A.L.

Abstract:

The present article results of a degree dissertation, which goal is the study of clinical perspective of child molesters. The bibliographical research shows difficulty in the definition of sexual abuse of children because it's usually confused with paedophilia. From all typologies of children sexual offenders consulted in bibliography it's present here a typology of sexual offender primary or preferential and secondary or situational. A scale of Self Esteem

* Psicólogo, licenciado pela UAL. O presente trabalho é uma súmula da Dissertação de Licenciatura.

S.E.R.T.H.U.A.L was applied to two prisoners condemned for sexual abuse of children. The results showed differences between them.

Keywords: Sexual offender of children; Paedophilia; Primary or preferential sexual offender; Secondary or situational sexual offender; scale of Self Esteem S.E.R.T.H.U.A.L.

Introdução

O artigo em causa coloca a tónica na aplicação da Escala de Estima de Si da S.E.R.T.H.U.A.L. com dois indivíduos condenados por abuso sexual de crianças, sendo corolário de uma monografia de licenciatura em psicologia, especialização em clínica e de aconselhamento.

Ainda que a temática em si possa parecer melindrosa por abarcar a esfera da sexualidade, mais concretamente a subversão da mesma, é fulcral recordar as palavras de Cusson (2006), na medida em que, segundo o autor, para se conter as problemáticas criminais, é necessário estudá-las e conhecê-las sem cair numa postura de desvalorização e dramatização das mesmas.

A temática revela-se de extrema importância e um campo sedento de pesquisa, pois como considera Costa (2003), a delinquência sexual é a nível da investigação uma das áreas com mais lacunas, em que pouco se conhece sobre as motivações que culminam nos actos sexuais violentos. Albuquerque (2006, p. 18) acrescenta que os estudos de cariz científico na área das minorias sexuais, nas quais inclui os abusadores sexuais de crianças, são de certa forma escassos, mesmo nos países mais desenvolvidos, visto que “[...] mais se tem escrito sobre as vítimas do que sobre os perpetradores de violência sexual [...]”. Por outro lado, Flora (2001, cit. por Rebocho, 2007) menciona que o estudo dos agressores sexuais, sendo ainda uma ciência algo recente, começa progressivamente a atrair os olhares.

A abordagem escolhida para a temática do abusador sexual de crianças é pautada por uma apresentação bi-partida em abusador sexual de crianças primário ou preferencial e abusador sexual secundário ou situacional. Tais reflexões servem de base a uma segunda parte do trabalho de cariz mais

prático, a qual é aqui sucintamente focada dado que a sua dimensão real, foge dos moldes pretendidos.

Abusador sexual de crianças

Pelos alertas presentes na pesquisa bibliográfica realizada optamos por fazer uma breve distinção inicial que permita ao leitor não partir do princípio de que o abuso sexual de crianças e a pedofilia são uma e a mesma coisa.

Nos círculos científicos, é mais aceite a expressão de abusador sexual de crianças, ao invés do termo pedófilo. Gomes e Coelho (2003) defendem que por uma questão de rigor deve ser usada a expressão abusador sexual de crianças. A literatura de referência é escrita em inglês, sendo os termos importados. Abusador é uma tradução de *offender*. Abusador sexual é o significado de *sexual offender*, aquele que comete um abuso sexual.

A população de abusadores sexuais constitui um grupo heterogéneo, com diversas características pessoais e referentes ao delito (Shealy, Kalichman, Henderson, Szymanowski & McKee, 1991, cit. por Hilarski & Christensen, 2006), o que acaba por justificar as ideias de Bull e colegas (2006), segundo as quais é difícil dar uma definição completa de agressor sexual, na medida em que pode assumir múltiplos moldes.

Edwards (1997, cit. por Bogaerts, Declereq, Vanheule & Palmans, 2005) afirma que é possível estabelecer uma distinção entre a pedofilia e o abuso sexual de crianças. Para Gomes (2003), a generalização do termo pedofilia a todos os contextos em que adultos abusam sexualmente de crianças concorre para a confusão, em vez de auxiliar a clarificação de um fenómeno tão complexo como o abuso sexual.

Gomes (2003) alerta para o facto de existirem pedófilos que nunca abusaram sexualmente de um menor, assim como para a existência de muitos abusadores sexuais de crianças que não são pedófilos, sendo estes apenas uma parte dos abusadores de crianças.

Na óptica de Albuquerque (2006), o termo pedofilia talvez tenha sido uma má escolha, visto em grego significar amante das crianças. O autor (Albuquerque, 2006) lança o alerta para não se confundir pedófilo com um adulto abusador sexual de crianças, sendo este melhor definido como qualquer sujeito

que tenha contactos de índole sexual com crianças pré-púberes, incluindo, desta forma, pedófilos e não pedófilos. Por outras palavras, existem adultos que abusam sexualmente de crianças não porque sejam pedófilos, mas sim por outros motivos. Deste modo, pedófilos e abusadores sexuais de crianças são populações distintas, porém em parte coincidentes (Le Vay, s.d., cit. por Albuquerque, 2006).

Alguns pedófilos, ainda que tenham atracção sexual por crianças pré-púberes, não encetam relações sexuais com elas, enquanto que alguns abusadores sexuais de crianças, não se sentindo sexualmente despertados por crianças, abusam-nas por diversos motivos, tais como, falta de parceiros adultos, vingança sobre a mãe da criança, sob efeito de substâncias, entre outros. Todavia, existe um número significativo que se insere ao mesmo tempo nas duas populações. Para os clínicos ambos precisam de ser avaliados e tratados, ainda que com objectivos distintos, devido à psicopatologia diversa. A falometria auxilia na distinção entre os dois grupos (Albuquerque, 2006).

Devido às inúmeras abordagens e tipologias de abusadores sexuais de crianças encontradas na bibliografia consultada e à impossibilidade de explicar cada uma delas optamos por uma apresentação bi-partida do abusador sexual de crianças (Douglas, Burgess, A. W., Burgess, A. G. & Ressler, 2006; Duque, 2004; Lanyon, 1986, cit. por Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000; Galamba, 2006; Soeiro, 2006), nomeadamente, o abusador primário ou preferencial, mais conotado ao abuso extra-familiar, e o abusador secundário ou situacional, maioritariamente associado ao abuso intra-familiar. Pelas peculiaridades que estão associadas aos dois tipos de abusadores supracitados, iremos caracterizar de forma resumida a pedofilia e o incesto, respectivamente.

Abusadores primários ou preferenciais

Tratam-se de sujeitos com uma orientação sexual dirigida primariamente para crianças, sem interesse por adultos e com condutas compulsivas não despoletadas por situações de stresse. Geralmente, possuem um campo limitado de interesses e actividades, o qual os leva a uma existência solitária. Estas pessoas são no sentido estrito do termo, pedófilos. Recorrem a diversas estratégias de atracção, tais como a simpatia pessoal, comportamentos infan-

tis, sintonia com os interesses dos menores, prendas, entre outros (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000; Gaitán, 2006).

Numa óptica cognitiva, os abusadores preferenciais consideram as suas condutas sexuais apropriadas e planificam-nas com antecedência. É muito frequente a existência de distorções cognitivas, como atribuir a conduta à sedução dos menores ou considerar que este tipo de comportamento é uma forma de educação sexual adequada para as crianças. Por conseguinte, não revelam sentimentos reais de culpa ou vergonha pelas suas actividades pedófilas (Costa, 2003; Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000; Gaitán, 2006).

Os abusadores primários podem demonstrar uma fobia ou rejeição do sexo com mulheres, até alguma aversão às características sexuais secundárias das mulheres adultas. As crianças, ao não exigirem condições completas de virilidade e potência na relação, permitem que o pedófilo realize um acto sexual pobre e incompleto. Estes elementos reforçam a noção de um agressor com uma suposta hiper-sexualidade, que, sem dúvida, é primária ou regressiva (Garcia-Andrade, 1994, cit. por Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000; Verde, 2005).

A origem desta tendência pode estar relacionada com a aprendizagem de atitudes extremas negativas face à sexualidade ou com abusos sexuais sofridos na infância, assim como com sentimentos de inferioridade ou com a incapacidade para estabelecer relações sociais e heterossexuais normais. Por sua vez, a repetição reiterada de masturbações acompanhadas de fantasias pedófilas tende a manter esta perturbação (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000).

O abusador primário abusa de diversos menores e apresenta uma compulsão crónica e repetitiva para este tipo de comportamento. Apresenta condutas infantis e imaturas na sua vida pessoal (Gaitán, 2006).

Nestes indivíduos o desenvolvimento está fixado permanente ou temporariamente num patamar em que o interesse sexual é por menores, ao invés, de adultos. Apesar de poderem ter tido contactos sexuais com adultos, foram mais casuais do que intencionais, pois as relações com adultos não estão integradas psicologicamente na sua sexualidade (Groth & Birnbaum, 1978, cit. por Howitt, 2006).

Os abusadores em análise, raramente estão ou foram casados, atacando na maioria das vezes contra estranhos ou conhecidos (Howitt, 1992, cit. por Howitt, 2006).

Alguns destes abusadores seleccionam mulheres com criança(s) com o propósito primário de ganhar acesso a esta(s). Ainda que tenham relações sexuais com as mães, em alguns casos o abusador admite que estas eram acompanhadas por fantasias sexuais pedófilas (Howitt, 1995a, cit. por Howitt, 2006; Salter, 2003).

Assim, os contactos sexuais casuais que possam ter com adultos visam o objectivo final de facilitar o acesso às crianças. As características mais salientes deste grupo são a exclusividade das interacções, a atracção pelas crianças e a inexistência de remorsos. Inserem-se ainda neste grupo pessoas que se sentem atraídas por menores, cujos desejos não se concretizam ou se valem da masturbação com fantasias em que figuram crianças (Finkelhor, 1986b, cit. por Fávero, 2003).

Os abusadores sexuais preferenciais perpetuam para satisfazer necessidades sexuais ou outras recorrendo a elementos da agressão necessários para a excitação e gratificação. Estes, usualmente envolvem fortes padrões comportamentais ou sexuais ritualizados, os quais são difíceis de alterar para o abusador. Ao contrário do que acontece com o abusador situacional, o abusador preferencial apresenta maior probabilidade de desenvolver um ritual sexual. Frequentemente, planeia e procura uma vítima específica (Douglas *et al.*, 2006).

Na maioria dos casos estes agressores têm acesso a crianças, abusam várias vítimas e colecionam pornografia infantil (Douglas *et al.*, 2006).

Os abusadores preferenciais de crianças, entenda-se, pedófilos, podem ter outras perturbações psico-sexuais, perturbações da personalidade ou estarem envolvidos em outras actividades criminais. O interesse pedófilo por crianças pode estar associado a outras parafilias. Estes sujeitos têm largos contactos com a vítima e um elevado nível de fixação (Douglas *et al.*, 2006).

Os autores acreditam que encontros sexuais repetidos (em situações extra-familiares) com a vítima implicam o desenvolvimento de relações para além dos envolvimentos sexuais (Douglas *et al.*, 2006).

Os sujeitos inseridos nesta classificação encontram-se fixados num estado de desenvolvimento psico-sexual imaturo. Iniciam o seu interesse sexual por crianças na adolescência, preferindo o sexo masculino. Caracterizam-se na sua vida social pela imaturidade, passividade e dependência. Geralmente, são solteiros e com pouca actividade social com pessoas da sua faixa etária, sentindo-se incomodados entre elas. Não existem factores precipitantes precedentes ao acto abusivo. Gostam de menores e não faz parte dos seus intentos causar danos, agindo sem violência e resistência por parte do menor, que frequentemente é já seu conhecido. A estratégia adoptada passa por uma sedução crescente, acontecendo o abuso depois de um largo período de tempo (Verde, 2005).

Pedofilia

Etimologicamente, a palavra pedofilia deriva da fusão de dois vocábulos gregos, concretamente *pedo*, que significa criança, e *philia*, que designa a amizade ou apego a algo ou alguém. A pedofilia significa actualmente, num sentido lato, a aproximação sexual por parte de um adulto a uma criança, rapaz ou rapariga (Félix, 2003). De acordo com Costa (2003), o sentido exacto de pedófilo é *amante de crianças*, visto estes *amarem* as crianças.

A panóplia de comportamentos encetada com as crianças por parte dos pedófilos é vasta. Em alguns casos, cingem-se a despi-las, observá-las, exibindo-se a si próprio e/ou masturbando-se na presença destas, para além de as tocar ou acariciar. Noutros, implica sexo oral, vaginal ou anal, e a penetração com as mãos ou com objectos, empregando por vezes a força física. Estas actividades podem ter ainda como pano de fundo material pornográfico (Félix, 2003). Todavia, segundo Salter (2003), raramente os pedófilos atacam uma criança de forma violenta. Pelo contrário, fazem uso da manipulação para se servirem da ingenuidade das crianças com o intuito de terem actos sexuais.

Howitt (2006) menciona que apenas uma minoria dos actos pedófilos envolvem penetração com o pénis, sendo na sua maioria ofensas sem contacto, tais como, exibição dos órgãos sexuais e observar secretamente o menor. O suborno é mais comum do que outras formas de coerção mais violentas nos abusos sexuais de crianças.

Segundo Ames e Houston (1990, cit. por Félix, 2003), os pedófilos usam como estratégias de aproximação a ameaça, o tráfico organizado de crianças, o rapto a estrangeiros ou estranhos, a sedução e o aliciamento de crianças vizinhas, amigas ou familiares. Com o intuito de obter o afecto das crianças e evitar que estas revelem os actos de que têm sido alvos, os pedófilos comportam-se de forma generosa e atenciosa, à excepção dos casos de sadismo sexual (Félix, 2003). Porém, na perspectiva de Urra (1999, cit. por Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000) existe sempre uma certa dose de sadismo nos pedófilos.

Como já mencionado, existem pedófilos que nunca abusaram sexualmente de uma criança, recorrendo apenas a fotografias com crianças, porém nunca agiram sob os seus impulsos (Gomes & Coelho, 2003).

Por seu turno, os pedófilos, através de uma certa identificação com o adolescente, almejam o “[...] retorno à experiência primitiva, ao tempo diluído da novidade perene e da sexualidade florescente” (Félix, 2003: 126). A busca da excitação em alguns casos passa por conversas de teor sexual com o pré-adolescente, em que o pedófilo partilha experiências passadas, informações ou introduz aquele em determinadas práticas sexuais precoces, sendo especialmente característico na sedução homossexual de rapazes. O rapaz adolescente pode ser visto, de certa forma, como a juventude sumida do pedófilo.

A personalidade dos pedófilos é caracterizada pela introversão, timidez e sensibilidade, tratando-se de indivíduos solitários, depressivos e com fraco sentido de humor (Blackburn, 1993, cit. por Verde, 2005).

Um aspecto merecedor de atenção segundo Albuquerque (2006), é a relação entre a orientação sexual e a pedofilia. Uma das suposições é que o pedófilo é atraído de igual forma por ambos os sexos, visto o seu objecto serem crianças impúberes. Outra hipótese é que existe pedófilos homossexuais e heterossexuais, sendo a sua orientação sexual a determinar a sua escolha. Hodiernamente, Albuquerque (2006) defende que o conhecimento corrobora melhor a segunda hipótese.

O pedófilo homossexual apresenta maior atracção por rapazes e revela maior tendência para contactar com crianças não conhecidas ou não familiares e maiores possibilidades de reincidir, assim como, maior promiscuidade, ou seja, contactos com mais crianças. Os pedófilos *verdadeiros*, isto é, os que se sentem atraídos por crianças pré-pubescentes não fazem distinção entre

rapazes e raparigas, na medida em que ambos se parecem fisicamente uns com os outros por serem pré-púberes (Albuquerque, 2006).

A maioria dos homossexuais não sente desejo sexual por crianças, pelo que não as abusa. Por outro lado, um número substancial de pedófilos prefere rapazes, ainda que possam ser casados e podem ou não ter orientação heterossexual relativamente aos adultos. Desta forma, a possibilidade de terem maior preferência pelo sexo masculino do que pelo feminino, pouco indica sobre a sua orientação sexual com adultos. Os pedófilos homossexuais existem em menor número do que os heterossexuais na relação de um para dois ou três, o que ainda assim, é demasiado superior à proporção de homens (2-4%) que são homossexuais exclusivos na população em geral (Albuquerque, 2006).

Importa mencionar que existem pedófilos exclusivos, que apenas sentem desejo sexual por crianças, e pedófilos não exclusivos, que também sentem desejo por adultos (Albuquerque, 2006; American Psychiatric Association, 2002).

Actualmente, numa óptica médico-psicológica, a pedofilia inclui-se num grupo de perturbações do comportamento sexual designado por parafilias, que “são as situações em que um indivíduo recorre, de uma forma persistente e continuada, a um suporte imaginário ou a actos tidos por bizarros – que são a forma preferencial, ou a forma indispensável, de chegar a excitar-se sexualmente ou a obter um orgasmo” (Gomes & Coelho, 2003: 24).

Na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10, a pedofilia é inserida nos transtornos de personalidade e comportamento em adultos, mais concretamente nos transtornos de preferência sexual (Organização Mundial de Saúde, 1993).

A quarta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-IV-TR) (American Pshychiatric Association, 2002) insere a pedofilia no domínio das parafilias, as quais estão englobadas na secção das perturbações sexuais e da identidade de género. O sujeito para ter o diagnóstico de pedofilia necessita preencher certos critérios. A título de curiosidade, Marshall (2006) alerta para o facto de que o diagnóstico de pedofilia presente nas diferentes edições da DSM não se aplicar a todos os sujeitos que abusam sexualmente uma criança.

Diversos estudos desvendaram que um número significativo de pedófilos sofreu abuso sexual durante a infância. Freund, Watson e Dickey (1990, cit. por

Gomes & Coelho, 2003) realizaram um estudo em que detectaram as percentagens de indivíduos abusados na infância em grupos de pedófilos heterossexuais, pedófilos homossexuais, abusadores não pedófilos, controlos homossexuais, controlos heterossexuais (não agressores) e violadores heterossexuais.

Abusadores secundários ou situacionais

São indivíduos que têm contactos sexuais isolados com crianças, os quais são reflexo de uma situação de solidão ou stresse. As condutas habituais destes sujeitos são relações sexuais com adultos, normalmente, heterossexuais, ainda que possam surgir alterações no decorrer destas, como impotência ocasional, falta de desejo e algum tipo de tensão ou conflito com as parceiras (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000). Gaitán (2006) complementa afirmando que o abusador secundário ou situacional comete um acto abusivo ou mais em consequência de uma crise existencial e pessoal. Para o autor, o comportamento abusivo é a consequência de uma crise de identidade, estando a sua orientação sexual anterior encaminhada para adultos.

Na esfera cognitiva, podem perceber este tipo de condutas como anómalas e executarem-nas de forma episódica e impulsiva, em detrimento de um modo premeditado e persistente. Desta forma, é comum o surgimento posterior de intensos sentimentos de culpa e vergonha e a inexistência de distorções cognitivas (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000; Gaitán, 2006).

Em contrapartida, Arrojo (2002) refere que o argumento da educação sexual é uma distorção cognitiva típica também neste tipo de agressor.

As condutas de abuso podem ser um meio para compensar a auto-estima deficiente do sujeito ou para libertar uma hostilidade que não se pode exteriorizar por outras vias. As situações de stresse, assim como, o consumo excessivo de álcool ou drogas, podem ser desencadeadores deste tipo de condutas (Echeburúa *et al.*, 1995, cit. por Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000).

Os agressores sexuais situacionais, geralmente, não são pedófilos, ou seja, não têm uma preferência sexual por crianças (Blackburn, 1993, cit. por Verde, 2006), sendo menos propícios a repetir o acto abusivo (Albuquerque, 2006).

Os abusadores em questão tendem a ser mais velhos com uma idade média superior aos 35 anos e com uma profissão mais qualificada que os violadores (Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000).

Os abusadores inseridos nesta categoria atingiram a maturidade sexual, contudo, regrediram a um estado anterior do desenvolvimento psico-sexual. A sua história a este nível revela interesse primário por adultos, não por de menores. Desta forma, o desejo destes sujeitos parece reflectir quase uma reversão a uma sexualidade mais pueril (Groth & Birnbaum, 1978, cit.s por Howitt, 2006).

Cerca de $\frac{3}{4}$ dos abusadores situacionais foram casados, atacando, usualmente, dentro da rede de amigos ou parentes (Howitt, 1992, cit. por Howitt, 2006).

Howitt (2006) alerta para o facto de que apesar de se afirmar o contrário, os pais incestuosos também podem atacar crianças fora da família ou violar mulheres (Abel *et al.*, 1983, cit. por Howitt, 2006). Ou seja, para o autor, abusar de crianças é uma preferência sexual, não o produto de circunstâncias familiares, como o stresse ou a privação sexual (Howitt, 2006).

Barudy (1998, cit. por Fávero, 2003) refere que estes sujeitos abusam comumente de crianças da própria família. Do ponto de vista da sexualidade adulta, são sujeitos que tiveram um desenvolvimento sexual normal, porém, o abuso sexual decorre de um factor ansiogénico. Tomem-se como exemplos, problemas conjugais, uma experiência traumatizante ou uma crise existencial. Verde (2005) acrescenta problemas laborais e problemas aditivos. Por conseguinte, o agressor deseja na relação com a criança compensar as lacunas existentes nas suas relações com adultos. Moura (1998, cit. por Fávero, 2003) acredita que os agressores situacionais não abusam crianças movidos apenas por problemas da sua conjectura de vida actual, mas sim porque as inibições das motivações para os abusos estavam activadas até ao momento que factores quotidianos as desactivaram.

As agressões sexuais situacionais são cometidas para completar necessidades sexuais ou outras sem os elementos da agressão se tornarem necessários para a excitação ou gratificação. Os abusadores situacionais de crianças interessam-se por sexo com crianças por diversas e complexas razões, desde

a acessibilidade à criança até inimizabilidade do agressor (Douglas *et al.*, 2006).

São indivíduos com problemas a nível do auto-conceito e com sentimentos de masculinidade inadequada ainda que se possam tratar de indivíduos casados ou com parceira estável e com uma história biográfica normal (Verde, 2005).

Duque (2004) afirma que os sujeitos inseridos neste grupo são tipicamente indivíduos sem perturbações psiquiátricas, em fases intensas e stressantes da sua vida, ou alguém com ascendente absoluto sobre outrem e com dificuldades em controlar os impulsos que continuariam adormecidos na ausência dos estímulos.

Em grande parte dos casos, não existe historial criminal sendo possível que o sujeito não reincida, especialmente se os factores psicossociais que tenham levado ao abuso forem sanados (Duque, 2004; Verde, 2005).

Incesto

De acordo com diversos autores o abuso sexual intra-familiar, ou seja, o incesto é o tipo de abuso mais comum (Alberto, 2006; Costa, 2003; Houzel, Emmanuelli & Moggio, 2004; Magalhães, 2005).

Por conseguinte, os abusadores são familiares directos, tais como pais, irmãos, avós ou padrinhos (Alberto, 2006). Soria e Hernández (1994, cit. por Verde, 2005) aludem ainda à figura materna, porém, de forma excepcional.

Comummente, os abusadores intra-familiares revelam preferências sexuais menos desviantes, visto possuírem relacionamentos sexuais normais com companheiras apropriadas (Gonçalves, 2004). São, principalmente, pais incestuosos, e o padrão tende a entrar numa escalada no que diz respeito à frequência e à gravidade dos abusos (Gonçalves, 2005).

Verde (2005; 2006) acrescenta que o pai incestuoso costuma passar mais tempo com a vítima do que com os outros filhos, e dando-lhe mais afecto. Em casos mais extremos de incesto a vítima pode ser proibida de ter amigos ou noivos.

Existe uma série de características familiares e pessoais que aumentam a probabilidade de ocorrência do incesto. No âmbito familiar refira-se a deterioração do relacionamento marital, família numerosa, isolamento social, exces-

siva coesão familiar e comunicação familiar disfuncional. Na esfera pessoal, a conduta violenta, auto-conceito diminuído, autoritarismo e um défice de assertividade (Soria & Hernández, 1994, cit. por Verde, 2005).

Costa (2003) afirma que nos casos de abuso sexual entre pai-filho, isto é, incesto homossexual, é frequente o pai ser pedófilo e homossexual latente.

É típico no incesto o abusador querer fazer crer à vítima que o tipo de relação é normal em todas as famílias, sendo necessário ter especial atenção ao carácter hipotético da repetitividade dos actos abusivos intra-familiares através de gerações (Costa, 2003).

Werner e Werner (2004) asseveram que habitualmente em meio intrafamiliar o abuso quando é descoberto, já é perpetrado há muito tempo, devido à intimidade e confiança existente entre a criança e o abusador.

O incesto é espelho do fracasso do casal parental no dever de cuidar dos filhos, na medida em que o progenitor causa danos, sobretudo, à filha, e a figura materna não consegue impedi-lo. É igualmente reflexo da disfuncionalidade, desestruturação e inversão hierárquica, pois a filha substitui a mãe nas actividades sexuais com o pai. Como referem Werner e Werner (2004: 209)

O incesto vem mostrar relações mal elaboradas no triângulo primordial da família, em que ficam explícitas dificuldades relacionais e sexuais entre pai e a mãe, relação de disputa por lugar de *companheira* sexual entre mãe e filha e relação invertida entre pai e filha, que troca de lugar do eixo de consangüinidade [*sic*] para o eixo das alianças.

Por conseguinte, na esfera da sexualidade, algumas crianças alvos de abuso sexual podem ficar fixadas em relacionamentos com base na sexualidade, assim como, no futuro, estar mais susceptíveis de enveredar pela prostituição, prática de abuso sexual, homossexualidade e disfunções sexuais (Werner & Werner, 2004).

Metodologia

O presente estudo insere-se num tipo de pesquisa qualitativa, concretamente, no estudo comparativo de casos, uma das variantes do estudo de caso. No estudo comparativo de casos, é possível estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques específicos de forma a que a perspectiva comparativa enriqueça a pesquisa qualitativa. Consiste numa investigação minuciosa e intensiva que recorre à descrição, explicação e comparação dos resultados (Triviños, 1995).

No estudo da personalidade, existem duas grandes perspectivas de abordagem, nomeadamente, a ideográfica e a nomotética. A abordagem ideográfica contempla o sujeito como uma pessoa una e total. Por seu turno, a abordagem nomotética privilegia a demanda de regras que possam ser aplicadas a diversos sujeitos (Hall, Lindzey & Campbell, 2000; Hansenne, 2004).

O estudo em questão segue a abordagem idiográfica na medida em que pretende aprofundar o sujeito sob todos os aspectos e compreendê-lo no interior da sua própria existência (Hansenne, 2004).

Instituição

O estudo empírico em análise foi desenvolvido no Estabelecimento Prisional da Carregueira, após emissão de autorização por parte da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

De acordo com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, nas prisões portuguesas, em Novembro de 2004, encontravam-se 189 sujeitos condenados por abuso sexual de crianças, sendo o Estabelecimento Prisional da Carregueira o mais vocacionado para congregar esta população (Albuquerque, 2006). Este facto contribui para que aquando do pedido da anuência à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais para a realização do estudo empírico, o mesmo fosse possibilitado no Estabelecimento Prisional supracitado.

Participantes

Aquando da emissão da autorização para a realização do estudo iniciou-se contacto com a psicóloga dos Serviços Clínicos da prisão. A escolha dos indivíduos para integrar o estudo foi determinada pela disponibilidade dos reclusos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação.

Do conjunto de reclusos apresentados escolhemos dois indivíduos a cumprir pena e que nos pareceu apresentarem menos possibilidades de cessarem a participação e atrasarem a execução do estudo. A escolha dos participantes foi baseada no facto de terem perpetrado abusos sexuais em contextos diferentes. Ou seja, um deles cometeu o abuso em contexto extra-familiar e outro em intra-familiar.

Instrumento

A Escala de Estima de Si, designada S.E.R.T.H.U.A.L. (*Self Esteem Rogers, Tap, Hipólito e UAL*) constitui um instrumento resultante de um estudo aprofundado sobre o conceito de estima de si (ou Auto-estima) e que foi validado para a população portuguesa. Esta escala é resultado de um conjunto de investigações realizadas através de dois outros instrumentos, concretamente, a Escala de Auto-Estima de Rogers (E.A.E.) e da Nova Escala de Auto-Estima de Toulouse (Toulouse – N.E.T.A.E.) (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

De acordo com uma comunicação pessoal de Tap (2006, cit. por Tap, Hipólito, Nunes, s.d.) a Estima de Si abrange duas acções da pessoa sobre si mesma, nomeadamente, a medição e a valorização da sua forma de ser. Ambas devem ser consideradas quando se pretende medir o conceito de Estima de Si.

A Estima de Si, enquanto componente do funcionamento psicológico, desempenha um papel fulcral na dinâmica das variáveis que possibilitam à pessoa afirmar a sua identidade, delinear estratégias para gerir as situações ansiogénicas, desenvolver competências de integração social, elaborar um projecto existencial que dê sentido à vida – S.E.R.T.H.U.A.L., é aplicável quer individual, quer colectivamente, podendo ser usada em faixas etárias compreendidas entre os 13 e os 85 anos de idade (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

Para aplicação é necessário um tempo total entre os 10 e os 15 minutos, variando em função das diferentes características dos indivíduos. É conveniente a aplicação da escala numa única vez sem interrupções (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

A escala em questão é composta por 60 itens, acerca dos quais o sujeito se deverá posicionar, tendo por base a percepção que tem de si mesmo. Os valores estão alinhados numa Escala tipo Likert, sendo 1 nada significativo e 5 muito significativos (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

Dos 60 itens, 30 são positivos e estão integrados em cinco dimensões positivas. Por seu turno, os restantes 30 são negativos e estão integrados em 5 dimensões negativas. Cada uma delas é composta por seis itens. As dimensões positivas são A = Auto-Satisfação Geral, B = Expansão Socio-Normativa, C = Maturidade Sócio-Pessoal, D = Valorização Psíquica e Intelectual e E = Valorização Social, Académica e Profissional. As dimensões negativas são F = Negação e Depreciação de Si, G = Tensões Relacionais, H = Perturbações Anómicas, I = Tensões Emocionais, J = Hostilidade Consigo Próprio (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

Este instrumento de avaliação possibilita realizar uma análise do nível de Estima de Si dos sujeitos, por meio da obtenção de três Níveis Gerais de Estima de Si. Concretamente, Índice de Estima de Si Positivo, Índice de Estima de Si Negativo e o Índice Geral de Estima de Si, o qual é resultado da disparidade entre o Índice Positivo e o Índice Negativo. É possível encetar dois tipos de avaliação, nomeadamente, uma de tipo quantitativo (inter-individual) e outra de tipo qualitativo (intra-individual) (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

Caso um

É um indivíduo caucasiano de 55 anos. Orientado no tempo e no espaço auto e alopsiquicamente. Completou um curso industrial na área de electricista, sendo esta a sua actividade profissional. Vivia com a sua mãe e o seu filho. Já esteve uma vez detido no início da sua idade adulta por assalto. Foi condenado por seis crimes de abuso sexual de crianças, três deles na forma continuada, estando em meio carcerário por este crime desde meados de 2005.

O sujeito afirmou em sede de julgamento e nas entrevistas sentir atração sexual por crianças há muitos anos, não conseguindo determinar o início.

O indivíduo tinha uma vizinha conhecida de há vários anos com a qual teve um relacionamento amoroso. Esta limpava-lhe a casa e tinha uma neta nascida em 1997. Desde 1998 a senhora mencionada que inicialmente se suspeitou ser cúmplice mas veio a ser absolvida, fazia-se acompanhar pela neta nas deslocações à casa do indivíduo, dando-lhe aí refeições e banho. A partir dessa altura, o indivíduo começou a fazer fotografias e filmagens da menor, começando a registar imagens desta com maior pormenor quando ela estava de cuecas na sanita e quando tomava banho, incidindo a filmagem na região genital e anal.

O sujeito aproveitava os momentos em que ficava a sós com a menor, na sua residência, na residência da senhora que lhe limpava a casa ou da filha desta, para filmar e fotografar de forma pormenorizada a região vaginal e anal da menor.

Simultaneamente, o arguido acariciava a região vaginal e anal da menor com as suas mãos e com o pénis e, em momento situado entre 2000 e 2001, começou a introduzir os dedos na vagina da menor.

O sujeito persistiu nas condutas descritas por diversas vezes pelo menos desde o ano de 1999 até à sua detenção em 2005. Ou seja, entre o espaço de tempo em que a menor tinha dois, três anos até aos oito, nove anos.

Em 1999, a menor já referida teve uma irmã, a qual começou também a frequentar a residência do arguido com a irmã e a avó. Desde pelo menos o ano 2000 até à sua detenção em meados de 2005, o arguido tirava partido dos momentos em que estava a sós com ambas as menores nos locais já mencionados. Desta forma, filmava e fotografava, pormenorizadamente, a zona vaginal e anal da menor mais nova. Acariciava-lhe o corpo com as suas mãos e começou a determinada altura a colocar os seus dedos na vagina da menor mais nova, à semelhança do que fazia com a irmã mais velha.

Quatro amigas e companheiras de brincadeiras das netas da senhora mencionada foram também diversas vezes filmadas nuas, com mais enfoque na zona genital. Acariciava-lhes com as suas mãos o peito e a vagina, colocando-lhes os dedos na vagina.

Em momento posterior os registos das imagens eram visionados para ter orgasmos através da masturbação.

Declarou em tribunal que a sua namorada conhecia as suas preferências sexuais relativamente a crianças e ser sua convicção que ela lhe proporcionava a possibilidade de ficar sozinho com as menores.

Escala de Estima de Si – S.E.R.T.H.U.A.L.

O sujeito obteve da diferença entre o somatório das dimensões positivas (110) e o somatório das dimensões negativas (68) um nível geral de estima de si de 42, o que aponta para um baixo nível de estima de si.

No concernente ao total das dimensões positivas o indivíduo pontuou abaixo dos grupos normativos (114,5), destacando-se a dimensão B por estar 5 pontos superior à média e a dimensão D por estar 7 pontos inferior à média. Por sua vez, nas dimensões negativas pontuou abaixo dos grupos normativos (75,7) (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

Por conseguinte, o resultado obtido na dimensão B (Expansão Sócio-normativa), indica que o indivíduo apresenta um desejo de conseguir objectivos relevantes e desempenhar um papel na sociedade, para além de apreciar relações interpessoais (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

A dimensão D (Valorização Psíquica e Intelectual) é das dimensões positivas a que apresenta o menor valor, assim como, no conjunto das positivas e negativas a que assume o valor mais baixo. Desta forma, a óptica que o sujeito tem de si não se revela positiva, no respeitante aos atributos físicos, atracção sexual e capacidades intelectuais (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

As pontuações das restantes dimensões positivas apontam para um indivíduo com manifesta necessidade de afirmação perante si e os demais (A), responsável e racional (C) e que possui alguma confiança no devir (E) (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

No respeitante às dimensões negativas o sujeito demonstra algumas fragilidades, principalmente, na dimensão H (Perturbações Anómicas) e J (Hostilidade Consigo Mesmo) pois trata-se de um sujeito que se sente “[...] afectivamente perturbado e demonstra sentimentos de receio em relação ao sexo”, assim como, uma percepção insegura de si mesmo, com sentimentos de passividade extrema e falta de energia (Tap, Hipólito, Nunes, s.d., p. 20).

Caso dois

Trata-se de um sujeito caucasiano de 58 anos, sem antecedentes criminais, com o 12.º ano e actividade profissional de pedreiro. Orientado no espaço e no tempo, auto e alopsiquicamente. Está preso desde Janeiro de 2006. No seu historial de relacionamentos conta com dois casamentos e duas situações de partilha comum de casa, mesa e habitação.

Fruto desta última união informal, o sujeito vivia com a companheira e a enteada de 11 anos de idade. O indivíduo é ainda avô paterno de uma menor de 10 anos. Durante um período de três anos, o sujeito, sempre que saía de casa com as menores, para passear, ir ao jardim, ou quando viajavam até outra cidade para visitar a família daquele, estacionava o carro, num local longe dos transeuntes e abusava sexualmente das duas crianças. Os abusos ocorriam também quer na casa onde residia, quer na casa do seu filho, sempre que se encontrava sozinho com as menores.

Os abusos eram perpetrados a ambas as menores de forma alternada e na presença de ambas, consistindo em beijos na boca, linguagem de conteúdo sexual inapropriado para a idade das vítimas, manipulação dos órgãos genitais das menores, por parte do arguido, masturbação do arguido, por parte das menores ou pelo próprio, penetração vaginal e anal de uma das menores, nomeadamente, a enteada. Tais actos eram ainda por vezes acompanhados de visualização de filmes pornográficos.

Tais práticas, terminavam quase sempre com a ejaculação do entrevistado, provocada pelas crianças, com as práticas a que eram submetidas, ou após essas práticas, através de masturbação do próprio.

Nos abusos perpetrados no carro, inclinava o banco do condutor para trás, despia as cuecas das menores, e enquanto uma ficava no banco do passageiro de costas para a janela, de pernas abertas, a outra ficava no banco de trás também de pernas abertas. Aproveitando essa posição, o sujeito praticava sexo oral nas menores. Igualmente, coagia estas a praticarem sexo oral com ele e/ou a masturbarem-no até ejacular.

Alguns dos abusos foram praticados com o carro em andamento. O indivíduo tirava o pénis para fora das calças, agarrava na cabeça da menor que

estivesse ao seu lado, obrigando-as a fazer sexo oral até ejacular. No final, limpava o pénis ao papel higiénico que levava num saco plástico.

Por vezes, o sujeito na sala ou no quarto colocava a televisão em canais pornográficos, ou colocava filmes no vídeo, obrigando-as a assistir aos mesmos. Enquanto estes decorriam, despia-as e tirava as suas calças, tocava-lhes nos seios, beijava-as na boca, apalpava-lhes a vagina. Noutras ocasiões, o entrevistado, antecedendo tais factos, ordenava às menores que subissem a uma mesa, dançassem, tirassem a roupa e calçassem sapatos de salto alto.

Apesar de não se ter conseguido determinar o número de vezes que o sujeito abusou das menores durante o período de três anos, consta no processo que foram diversas. No final das condutas acima mencionadas, o sujeito ameaçava as menores para não contarem nada a ninguém, porque se o fizessem, iriam para uma casa de correcção, e nunca mais veriam os pais e a família, pelo que as menores mantiveram segredo. Este foi rompido pela enteada após insistência da sua mãe.

Escala de Estima de Si – S.E.R.T.H.U.A.L.

O indivíduo obteve da diferença entre o somatório das dimensões positivas (146) e o somatório das dimensões negativas (40) um nível geral de estima de si de 106, o que aponta para uma elevada estima de si.

Em todas as dimensões positivas o indivíduo pontuou acima dos grupos normativos, obtendo em todas as dimensões a pontuação máxima, excepto, a dimensão D. Por seu turno, nas dimensões negativas pontuou abaixo dos grupos normativos.

O resultado obtido na dimensão A (Auto-Satisfação Geral) revela-nos que o indivíduo tem uma visão optimista e positiva de si, confiante e com uma necessidade manifesta de afirmação perante si e os demais (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

No concernente à dimensão B (Expansão Sócio-normativa), o resultado aponta que o sujeito apresenta um desejo de conseguir objectivos relevantes e desempenhar um papel na sociedade, para além de apreciar relações interpessoais (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

A dimensão C (Maturidade Sócio-Pessoal) sugere-nos que o sujeito se percebe e sente como uma pessoa responsável, a qual leva até ao fim

as suas decisões. Por outro lado, valoriza o pensamento racional e a tolerância, bem como, demonstra maturidade emocional (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

A dimensão D (Valorização Psíquica e Intelectual) corresponde à dimensão na qual o sujeito obteve o valor mais baixo. Porém, não deixa de ser um resultado elevado. O sujeito contempla o seu corpo de uma maneira positiva, no respeitante aos atributos físicos, atracção sexual e capacidades intelectuais (Tap, Hipólito, Nunes, s.d.).

O resultado da dimensão E (Valorização Social, Académica e Profissional) apresenta-nos um sujeito que se considera uma pessoa afável, trabalhadora e sociável, para além de se sentir confiante com o futuro.

Quanto às dimensões negativas o sujeito revela-se pouco afectado. Os resultados obtidos nas dimensões F (Negação e Depreciação de Si), G (Tensões Relacionais), H (Perturbações Anómicas) e I (Tensões Emocionais) e J (Hostilidade Consigo Mesmo) apontam para um sujeito que não se sente inútil, isolado, sem valores, impulsivo e colérico, inseguro e passivo. Apesar de não assumir um valor elevado, a dimensão negativa J foi a que revelou uma pontuação maior.

Conclusão

A análise de cada um dos processos dos sujeitos permitiu categorizá-los de acordo com a nomenclatura da tipologia mencionada, ou seja, abusador sexual de crianças primário ou preferencial e abusador sexual de crianças secundário ou situacional. O primeiro caso corresponde ao abusador sexual de crianças primário ou preferencial. Por seu turno, o caso dois associa-se ao abusador sexual de crianças secundário ou situacional.

Ao incidir o foco para o abusador sexual de crianças, deparámo-nos com a primeira dificuldade, relativamente, à confusão entre o conceito de abusador sexual de crianças e pedófilo, os quais, errónea e frequentemente se apresentam como sinónimos. Revelou-se de suma importância, pela riqueza que acrescenta a apresentação bi-partida do abusador sexual de crianças, em abusador primário ou preferencial e abusador secundário ou situacional, os quais surgem, maioritariamente, associados a determinados contextos.

No respeitante à pesquisa sobre o nível de estima de si dos sujeitos entrevistados, registamos uma grande diferença entre eles. O indivíduo do primeiro caso obteve um nível geral de estima de si de 42, enquanto que o sujeito do segundo caso obteve um nível geral de estima de si de 106. Apenas os resultados do sujeito do caso um são congruentes com a literatura, na medida em que diversos autores (Costa, 2003; Echeburúa & Guerricaechevarría, 2000; Marshall & Fernández, 2001) mencionam a preponderância de baixa auto-estima nos abusadores sexuais de crianças em geral.

No caso dois, merece destaque o facto do resultado obtido pelo sujeito não se coadunar com as suas afirmações durante a entrevista realizada, ao dizer que se sentia um *canalha* e que numa escala de 1 a 10 se posicionava num 3,5/4.

Consideramos importante revelar que, no segundo caso o sujeito evidenciava uma elevada desejabilidade social, a qual o levava a assinalar opções que considere socialmente correctas e não as suas verdadeiras crenças.

A temática da auto-estima influi no processo de tratamento e intervenção psicológica com este tipo de população. Marshall (2001) considera que uma completa cooperação dos sujeitos e um menor número de recaídas depende de uma auto-estima positiva. Pincus (2003) acrescenta que uma pessoa com baixa auto-estima e privada de educação pode-se tornar deveras perigosa.

Referências bibliográficas

- ALBERTO, I. (2006b). Abuso Sexual de Crianças: O psicólogo na Encruzilhada da Ciência Com a Justiça. In: FONSECA, A., SIMÕES, M., SIMÕES, M., PINHO, M. (eds.). *Psicologia Forense* (pp. 437-470). Coimbra: Almedina.
- ALBUQUERQUE, A. (2006). *Minorias Eróticas e Agressores Sexuais*. Lisboa: Dom Quixote.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (2002). *Manual de Diagnóstico das Perturbações Mentais* (4.ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores.
- ARROJO, M. (2002). Violencia sexual: entre lo que siente la víctima y lo que piensa el agresor. In: REDONDO, S. (coord.). *Delincuencia sexual y sociedad* (pp. 53-85). Barcelona: Editorial Ariel.
- BOGAERTS, S., DECLERCQ, F., VANHEULE, S. & PALMANS, V. (2005). Interpersonal factor and personality disorders as discriminators between intra-familial and extra-familial child molesters. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 49 (1): 48-62.

- BULL, R., COOKE, R., HATCHER, BILBY, C. & GRANT, T. (2006). *Criminal psychology: a beginner's guide*. Oxford: Oneworld Book.
- COSTA, J. (2003). *Sexo, Nexo e Crime: Teoria e Investigação da Delinquência Sexual*. Lisboa: Edições Colibri.
- CUSSON, M. (2006). *Criminologia*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- DOUGLAS, J., BURGESS, A. W., BURGESS, A. G. & RESSLER, R. (2006). *Crime Classification Manual: A Standard System for Investigating and Classifying Violent Crimes* (2.^a ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- DUQUE, C. (2004). Parafilias e Crimes Sexuais. In: TABORDA, J., CHALUB, M. & ABDALLA-FILHO, E. (coords). *Psiquiatria Forense* (pp. 297-314). Porto Alegre: Artmed Editora.
- FÁVERO, M. (2003). *Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores*. Lisboa: Climepsi Editores.
- FÉLIX, J. (2003). Pedofilia: Brevíssimo Perfil do Mistério de Laius. In: SÁ, E. (coord.). *Quero-te Psicologia da Sexualidade* (pp. 119-132). Coimbra: Quarteto Editora.
- ECHEBURÚA, E. & GUERRICAECHEVARRÍA, C. (2000). *Abuso sexual en la infancia: víctimas y agresores un enfoque clínico*. Barcelona: Editorial Ariel.
- GAITÁN, E. (2006). Decisión individual del delincuente y motivación delictiva. In: VERDE, M. & ROCA, D. (coords.). *Psicología criminal* (pp. 311-333). Madrid: Pearson Prentice Hall.
- GALAMBA, A. (2006). Abuso Sexual de Menores. *Psicologia Actual*, 4: 36-41.
- GOMES, F.(2003). Parafilias. In: FONSECA, L., SOARES, C. & VAZ, J. (coords.). *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar I*. (pp. 421-469). Coimbra: Quarteto Editora.
- GOMES, F. & COELHO, T. (2003). *A sexualidade traída: abuso sexual infantil e pedofilia*. Porto: Âmbar.
- GONÇALVES, Rui A. (2004). Agressores sexuais em meio prisional: investigação, avaliação e intervenção. *Direito e Justiça*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. (pp. 127-140). Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
- GONÇALVES, Rui A. (2005). A avaliação de Ofensores Violentos e Perigosos: o caso dos agressores sexuais. In: GONÇALVES, R. & MACHADO, C. (coords.). *Psicologia forense* (pp. 129-143). Coimbra: Quarteto Editora.
- HALL, C., LINDZEY, G. & CAMPBELL, J. (2000). *Teorias da Personalidade* (4.^a ed.). Porto Alegre: Artmed Editora.
- HANSENNE, M. (2004). *Psicología da Personalidade*. Lisboa: Climepsi Editores.
- HILARSKI, C. & CHRISTENSEN, C. (2006). Adult Male sex offenders. In: HILARSKI, C. & WODARSKI, J. (eds.). *Comprehensive Mental Health Practice with Sex Offenders and Their Families*. (pp. 47-69). Nova York: The Haworth Press.

- HOUZEL, D., EMMANUELLI, M. & MOGGIO, F. (coords.) (2004). *Dicionário de Psicopatologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa: Climepsi.
- HOWITT, D. (2006). *Introduction to Forensic and Criminal Psychology* (2.^a ed.). London: Pearson Prentice Hall.
- MAGALHÃES, T. (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra: Quarteto.
- MARSHALL, W. (2001). El tratamiento y su eficacia. In: MARSHALL, W. (coord.). *Agresores sexuales* (pp. 121-156). Barcelona: Editorial Ariel.
- MARSHALL, W. (2006). Stability and change: Dynamic risk factors for sexual offenders. In: MARSHALL, W., FERNÁNDEZ, Y., MARSHALL, L. & SERRAN, G. (eds.). *Sexual Offender Treatment*. (pp. 33-43). Chichester: Wiley series in forensic clinical psychology.
- MARSHALL, W. & FERNÁNDEZ, Y. (2001). Los delincuentes sexuales en la actualidad. In: MARSHALL, W. (coord.). *Agresores sexuales*. (pp. 85-119). Barcelona: Editorial Ariel.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artmed.
- PINCUS, J. (2003). *Instintos Básicos: Por qué matan los asesinos*. Madrid: Oyeron.
- REBOCHO, M. (2007). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório*. Coimbra: Almedina.
- SALTER, A. (2003). *Pedofilia e Outras Agressões Sexuais: Como Nos Podemos Proteger a Nós e Aos Nossos Filhos*. Lisboa: Editorial Presença.
- SOEIRO, C. (2006). *Abuso Sexual de Crianças e o Comportamento dos Agressores*. Comunicação Pessoal no Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais, Loures, Portugal.
- TAP, P., HIPÓLITO, J. & NUNES, O. (s.d.). *Escala de Estima de Si S.E.R.T.H.U.A.L.: Manual*. Documento não publicado, Universidade Autónoma de Lisboa.
- TRIVIÑOS, A. (1995). *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Atlas.
- VERDE, M. (2005). Psicología de Investigación Criminal. In: VERDE, M. (coord.). *Manual de Psicología Jurídica e Investigación Criminal*. (pp. 39-52) Madrid: Ediciones Pirámide.
- VERDE, M. (2006). La psicología de investigación criminal: perfiles psicológicos criminales y hallazgos criminológicos forenses In: VERDE, M. & ROCA, D. (coords.). *Psicología criminal* (pp. 363-396). Madrid: Pearson Prentice Hall.
- WERNER, J. & WERNER, M. (2004). Perícias em Direito da Família. In: TABORDA, J., CHALUB, M. & ABDALLA-FILHO, E. (coords). *Psiquiatria Forense* (pp. 191-219). Porto Alegre: Artmed Editora.

Instruções aos autores:

1. Os artigos deverão ser submetidos ao editor em duplicado em papel de formato A4, a dois espaços e margens de cerca de 3cm e em suporte informático (CD) para a seguinte morada:

Editor-coordenador da **Revista PSIQUE**
Universidade Autónoma de Lisboa
Departamento de Psicologia e Sociologia.
Rua de Santa Marta, 47-3.º, 1150-293 LISBOA - Portugal

2. O acto de submeter um artigo implica que ele não foi publicado nem submetido anteriormente, nem o será a qualquer outra revista, enquanto durar o processo de avaliação do mesmo pela Psique, sob pena de não publicação nesta revista.
3. A primeira página é a página de título, de que deve constar: o título do artigo, em português, o nome do(s) autor(es) sem título académico, local de trabalho em que se inclui departamento, instituição, cidade e país. É ainda indispensável que dela conste a morada completa, e-mail, telefone e fax (se houver) do autor responsável pela revisão de provas e/ou alterações a efectuar.
4. Segue-se um resumo em português e em inglês, excepto para artigos em língua estrangeira, em que serão um nessa língua e o outro em português, que não exceda 150 palavras e que contenha, no fim, até seis palavras-chave.
5. A **PSIQUE, Anais de Psicologia da UAL**, publica três tipos de artigos: teóricos, de revisão e empíricos. Os artigos teóricos são aqueles em que o autor aborda teoria anteriormente publicada, ou inovadora, mas sem informação sobre investigações. Os artigos de revisão são exposições e/ou avaliações críticas de material anteriormente publicado, mas com a descrição detalhada das investigações consideradas nele. Artigos empíricos são relatos de investigações originais.
6. Os artigos devem ter um máximo de 30 páginas e as comunicações de 8 páginas.
7. A organização, conteúdo e referências bibliográficas do texto, devem seguir as recomendações da última edição do Publication Manual of the American Psychological Association (APA).
8. A versão submetida para publicação é enviada a dois especialistas para revisão cega. Se o artigo não for aceite para publicação, o autor é informado. Se houver correcções ou alterações a fazer, o artigo é devolvido ao autor para este as efectuar, devendo depois ser reencaminhado à morada indicada em 1. em suporte informático e com uma cópia em papel, conforme ali se indica.